

Introdução: A raiva humana é transmitida ao ser humano por meio do contato com o vírus presente na saliva do animal infectado, sendo passível de controle na maioria dos estados brasileiros. No entanto, o número de tratamentos profiláticos pós-exposição efetuados em decorrência do envolvimento de pessoas em acidentes ainda é elevado.

Objetivo: Caracterizar os registros de profilaxia antirrábica humana em pacientes expostos no Norte do Paraná.

Método: Estudo quantitativo descritivo, com dados obtidos pelo banco de dados da 17ª Regional de Saúde no Norte do Paraná, na qual contempla 21 municípios. Os dados foram registrados em planilha Microsoft Excel® com casos expostos no ano de 2023. Utilizou-se frequência simples para análise.

Resultados: 324 pacientes necessitaram de profilaxia antirrábica, tendo predomínio do sexo masculino (52,2%), a faixa etária com mais acidentes foi entre 20 a 49 anos. O animal agressor envolvido no maior número de acidentes foi o cão (51,5%), gato (25,9%) e morcego (12,0%), respectivamente. 87,0% foram expostos por mordedura e 6,5% por contato indireto, 33,3% apresentaram ferimento único profundo, 28,1% ferimento múltiplo profundo e 19,7% ferimento único superficial. Os locais de ferimento mais frequentes foram mãos/pés (71,2%), membros inferiores (14,5%) e cabeça/pescoço (4,6%). Do total de pacientes expostos, somente 63,9% receberam profilaxia pós-exposição. Destes, houve indicação de soro antirrábico em 74,0% dos casos e 26,1% com imunoglobulina humana antirrábica.

Conclusão: Observou-se necessidade de profilaxia antirrábica com maior frequência em homens, que foram expostos a cães por mordedura de ferimento único e profundo, sendo as mãos/pés o local mais afetado. Além disso, foi possível identificar o aumento da necessidade da utilização de soro antirrábico, demonstrando a necessidade de divulgação e ações que visem minimizar o número de acidentes com cães, como também a completa proteção a população acerca do agravado.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.103935>

EP-006 - TENDÊNCIA TEMPORAL DAS COBERTURAS VACINAIS DA BCG EM CAMPINAS E COMPARAÇÃO DOS REGISTROS DO PNI E DO INQUÉRITO VACINAL

Betania Nepomuceno de Paula,
Letícia Bezerra Faria, Paula Alves Alcalá,
Vitória Picolotti Elias, Ana Paula França,
José Cássio de Moraes, Maria Rita Donalísio

Faculdade de Ciências Médicas (FCM), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil

Introdução: A principal estratégia para a prevenção das formas graves de tuberculose é a vacinação com a BCG o mais precocemente possível nos recém-nascidos.

Objetivo: Analisar a tendência temporal das coberturas vacinais (CV) da BCG em Campinas, de 2010 a 2022, com dados Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) e compará-las com dados do Inquérito de Cobertura

Vacinal de Campinas de crianças nascidas em 2017 e 2018. Estas CVs foram analisadas segundo variáveis socioeconômicas e características da mãe e da criança imunizada, a fim de identificar grupos menos aderentes à vacinação.

Método: Estudo ecológico de série temporal das CVs anuais obtidas no SI-PNI. As CVs obtidas no Inquérito de Campinas (n = 1775) de 2017 e 2018 foram comparadas com as do SI-PNI. Foram estudadas as variáveis do Inquérito associadas ao acesso à vacina, entre elas: estratos socioeconômicos, vacinação em serviço público ou privado, dados da mãe (idade, raça/cor referida, escolaridade e estado civil) e da criança (frequência em creches e ordem de nascimento). A comparação das CVs (SI-PNI e Inquérito) e das proporções obtidas das variáveis (vacinados - não vacinados) foi realizada por meio do teste qui-quadrado de Pearson e considerando-se significância se $p \geq 0,05$.

Resultados: A tendência temporal da CV da BCG esteve acima da meta de 90% em Campinas até 2017, entretanto, de 2018 a 2021, ficou abaixo do esperado, invertendo a tendência em 2022. Ao analisar os dados do Inquérito nota-se que a CV da BCG de 91,04% foi menor que as registradas no SI-PNI (101,51%) em 2017-18. Crianças em creches apresentaram maiores CV da BCG (93,4%) que as não frequentadoras (87,1%) ($p = 0,05$). As demais variáveis relacionadas à mãe e à criança não mostraram associação com o status vacinal. As CV da BCG nos estratos A (mais ricos), B, C e D (mais pobres) foram respectivamente, 88,35%, 88,64%, 93,45% e 92,47%.

Conclusão: Reforça-se a necessidade de estratégias para manutenção da CV da BCG no primeiro mês de vida, particularmente nas classes mais ricas. Nota-se ainda discordância entre as CV registradas no SI-PNI e no Inquérito. A creche mostra-se um local estratégico para o monitoramento das CV em crianças.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.103936>

EP-007 - ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA VACINAÇÃO DE HEPATITE B EM RECÉM NASCIDOS NO BRASIL DURANTE OS ANOS DE 2017 A 2022

Isadora Pereira do Nascimento,
Kamilla Villa Brocca, Sara de Lima Bento,
Larissa Moço Bravin

Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Campus Mauá, Mauá, SP, Brasil

Introdução: A vacina de Hepatite B é fornecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no calendário de vacinação infantil e é uma medida essencial para proteger contra a doença, potencialmente fatal, ela é indicada para esquema de vacinação em primeira dose o mais precocemente possível, preferencialmente nas primeiras 12 horas após o nascimento, ainda na maternidade, podendo ser administrada até 30 dias após o nascimento. Embora tenha demonstrado ser altamente segura e eficaz, a implementação de programas de vacinação enfrenta desafios, a falta de acesso a serviços de saúde e conscientização da importância da vacinação podem dificultar a cobertura vacinal.